

◆ 1-Política Econômica

O apoio às exportações: a importância do seguro de crédito

Todas as atenções continuam voltadas para o desempenho exportador tendo em vista a importância de um crescimento mais dinâmico das vendas externas para a retomada de taxas de crescimento sustentadas neste ano e nos próximos.

A preocupação com um aumento das exportações não se restringe ao Brasil. Dentre os vários instrumentos que compõem os programas de apoio às exportações no mundo, têm assumido crescente importância os sistemas de seguro. A experiência internacional demonstra que a maioria dos países possui sistemas de seguro de crédito às vendas externas, ainda que alguns não disponham de esquemas sistematizados de financiamento às exportações. Em muitos países, as atividades de financiamento e de seguro de crédito à exportação estão estreitamente relacionadas, o que leva a que sua administração fique sob a responsabilidade de uma única instituição.

A medida que o seguro de crédito protege os exportadores dos riscos - que podem ser comerciais, políticos ou extraordinários - associados às transações com os agentes de diversos países, aumenta as possibilidades de vendas de novos produtos, de atuação em novos mercados e de participação de novos exportadores, com destaque para os pequenos e médios.

No Brasil, o sistema de seguro de crédito às exportações foi implantado em 1965, tornando-se operacional, entretanto, somente em 1968. Foi apresentado sob forma de um consórcio de companhias de seguro brasileiras autorizado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). O Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) - cuja propriedade dividia-se meio a meio entre o governo e as companhias de seguro privadas - era responsável pela administração do sistema em nome do Estado e pela assunção de parte dos riscos.

Na prática, entretanto, o sistema de seguro de crédito era público já que o governo federal acabava assumindo a maior parte do risco. O sistema acumulou ao longo do tempo uma série de prejuízos resultantes de pedidos de indenização e despesas referentes a prêmios e recuperação de perdas, o que levou ao seu desmantelamento em 1991. Dentre as principais causas do mau funcionamento do sistema destacou-se a crise de endividamento externo dos anos 80, que levou à escassez de divisas estrangeiras nos países importadores. Além disso, o fato de o governo federal assumir a maior parte dos riscos levou a uma acomodação das companhias de seguro que impunham critérios pouco rígidos de cobertura e aceitação de cada risco. Com o fim do sistema "público" de seguro de crédito em 1991, o IRB continuou sendo monopolista nas operações de resseguro, co-seguro e retrocessão no Brasil, até 1996.

Outra importante fonte de garantias às exportações brasileiras foi o Convênio de Crédito Recíproco (CCR) de responsabilidade do Banco Central, criado em 1965 para a cobertura de riscos das operações de exportação e importação no âmbito da ALADI e da República Dominicana. Pelo CCR, os bancos credenciados tinham direito ao reembolso, pelo Banco Central, das operações de empréstimos que não fossem honradas nos países da América Latina. Recentemente, entretanto, a partir do entendimento de que este tipo de atividade não faz parte das suas funções, o Banco Central restringiu o CCR às operações no âmbito do Mercosul que não ultrapassem US\$ 100 mil. Com a redução da garantia dada pelo Banco

Central, os bancos brasileiros terão que exigir cartas de crédito para as exportações destinadas à América Latina, o que elevará o seu custo, podendo inviabilizar algumas exportações. Isto poderá ter um impacto negativo, principalmente, sobre as exportações brasileiras de manufaturados: por exemplo, cerca de 64% das exportações de veículos de carga e 58% das de automóveis destinam-se aos países da ALADI. No caso dos bens de capital a situação é ainda mais crítica tendo em vista que a América Latina é praticamente o único mercado externo para a produção nacional: algumas empresas brasileiras destinavam 100% de suas exportações para a América Latina, apoiadas no mecanismo do CCR.

Com isso, atualmente, resta aos exportadores recorrer à SBCE, uma seguradora privada criada em junho de 1997, e que tem como acionistas o Banco do Brasil, a Bradesco Seguros, a Sul América Seguros, a Minas Brasil Seguros, a Unibanco Seguros e a COFACE. Atualmente, os valores envolvidos nas operações de seguro ainda são pequenos - cerca de 4% do total das exportações - quando comparados à média de 20% do total das vendas externas observada nos países europeus. Vale ressaltar que as operações de resseguro continuam sob responsabilidade do IRB.

A maioria dos países que tem um sistema de seguro de crédito às exportações segue as regras da União de Berna - criada em 1934. Em todos os sistemas existentes o governo assume, direta ou indiretamente, o risco de crédito implícito no financiamento a importadores estrangeiros, mediante uma agência especializada - pública ou privada - que atua em seu nome. Ou seja, em geral, o sistema de seguro de crédito é responsabilidade de uma determinada agência que tem o respaldo oficial. Essas agências fornecem seguro de crédito ao exportador cobrindo tanto os riscos comerciais quanto os políticos de não-pagamento pelo importador, concedendo, também, garantias às instituições que financiam as operações.

É importante ressaltar que a cobertura dos riscos políticos para operações de longo prazo recebe subsídios do governo em todos os países, o que se explica pelo fato de que se transferida para o setor privado totalmente, os prêmios cobrados seriam expressivamente elevados. Em média, a cobertura fica em até 85% dos riscos comerciais e de 90% dos riscos políticos.

Todas as agências apresentam um envolvimento do governo, ainda que sob diferentes formas, principalmente, no que diz respeito às operações de médio e longo prazo. Por exemplo, nos EUA, Canadá, Austrália, Japão e Coreia do Sul, o seguro de crédito à exportação é fornecido exclusivamente por agências governamentais. No Reino Unido, França e Alemanha, por sua vez, as seguradoras privadas e o Estado agem conjuntamente para garantir os riscos do seguro.

Como se pode ver, ainda que a maioria dos países incentive uma maior atuação das instituições privadas no sistema, o Estado continua tendo um papel essencial, principalmente, nas garantias às operações de médio e longo prazo e na cobertura dos riscos políticos. No Brasil, recentemente tem havido um esforço por parte do governo no sentido do fortalecimento do sistema privado de seguro de crédito às exportações. Entretanto, o fim do CCR para a maior parte das operações junto à ALADI sugere a oportunidade de criação de um programa de seguro de crédito público.

ÍNDICE

◆ 2 - Nível de Atividade: O PIB do primeiro trimestre de 2000.....	2
◆ 3 - Inflação: O comportamento dos preços em abril.....	3
◆ 4 - Finanças Públicas: As receitas federais em abril.....	4
◆ 5 - Mercado Financeiro: A taxa Selic: o que está acontecendo?.....	5
◆ 6 - Setor Externo: Balança Comercial - sinais de aceleração da recuperação?.....	6
◆ 7 - Operações do BNDES e da FINAME.....	7
◆ 8 - Anexo Estatístico.....	9

◆2 - Nível de Atividade

IBGE divulga o PIB do primeiro trimestre de 2000

Os dados do PIB no primeiro trimestre de 2000 confirmam a continuidade da trajetória de crescimento do nível de atividade, com destaque para o desempenho do setor industrial.

No primeiro trimestre de 2000, o PIB apresentou um crescimento de 3,08% em relação a igual trimestre do ano anterior. Ainda que se tenha em conta que o início do ano passado é uma base fraca de comparação, o resultado foi expressivo, sendo superior à taxa de crescimento de 0,73% registrada no primeiro trimestre de 1999. Em relação ao quarto trimestre de 1999, houve uma expansão dessazonalizada de 1,23% - ver Gráfico e Tabela 2.1.

O crescimento em relação ao primeiro trimestre de 1999 foi liderado pela indústria que apresentou uma expansão de 5,69% no período, com destaque para a indústria de transformação (7,61%). O PIB de utilidades industriais também apresentou um crescimento expressivo, de 5,38%, no período. O PIB de serviços registrou um aumento de 2,28% e a agropecuária apresentou uma queda de 0,84%. No setor de serviços, o destaque de crescimento ficou com comunicações que apresentaram um crescimento de 8,73%. A queda do PIB da agropecuária, por sua vez, decorreu, principalmente, do fraco desempenho da produção das lavouras. Na comparação com o último trimestre de 1999, o melhor desempenho foi o do PIB de comunicações.

Vale ressaltar que o IBGE também reviu a taxa real de crescimento do PIB em 1999 para 1,01%.

O resultado do PIB no primeiro trimestre é coerente com as projeções do mercado de uma taxa de variação real do PIB entre 3,0 e 4,0% em 2000, ante o ano anterior. Este crescimento deverá ser liderado pela expansão das exportações e pelo aumento do investimento, incentivado pelo bom desempenho das vendas externas e por uma possível redução gradual das taxas de juros até o final de 2000.

O desempenho recente do nível de atividade

Segundo o IBGE, a produção física industrial apresentou um crescimento de 3,9% em março, ante o mesmo mês de 1999 - ver Gráfico 2.2. Conforme a CNI, as vendas reais da indústria apresentaram um crescimento de 4,7% no período. O INA da FIESP, por sua vez, registrou uma expansão de 11,9% em março, contra igual mês de 1999. Em abril, o INA registrou um crescimento de 6,0% em relação ao mesmo mês de 1999.

Ainda que os meses iniciais de 1999 representem uma base fraca de comparação, o bom resultado da maioria dos indicadores no começo do ano 2000 apontam para a continuidade de um maior dinamismo da atividade industrial. Segundo a CNI, o indicador do nível de utilização da capacidade instalada dessazonalizado atingiu 79,9% em março, ante os 77,6% de igual mês de 1999.

Na análise da indústria por categorias de uso do IBGE, continua destacando-se o desempenho da produção física industrial de bens de consumo duráveis, com crescimento de 10,6%, em março, contra o mesmo mês do ano anterior. Esta categoria de uso acumula no ano uma taxa

de crescimento de 21,6%, ante um crescimento acumulado de 8,0% registrado pela média da indústria.

O comércio varejista apresenta um ótimo desempenho em abril

De acordo com os dados da FCESP, o faturamento real do comércio varejista paulista registrou, no mês de abril, um crescimento de 20,45% em relação a igual mês do ano passado, com destaque para o segmento de bens de consumo duráveis, com expansão real do faturamento de 32,74%, no período - ver Tabela 2.2. No acumulado do ano, o faturamento real do comércio varejista paulista registrou uma expansão de 10,6% em relação a igual período de 1999. Nesta base de comparação, o destaque de crescimento coube também ao item de bens de consumo duráveis, com uma variação de 19,9% em relação ao acumulado janeiro/abril de 1999.

GRÁFICO 2.1
PIB TRIMESTRAL COM AJUSTE SAZONAL
1998 = 100

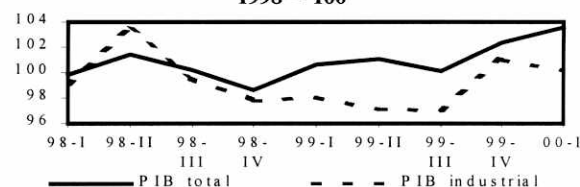


TABELA 2.1
PIB TRIMESTRAL - VARIAÇÕES (%)

	00.1/99.1	00.1/99.1V (1)
Agropecuária	-0,84	-1,43
Lavouras	-5,26	-1,56
Extrativa vegetal	8,63	3,55
Produção animal	6,62	-0,99
Indústria	5,69	-0,84
Extrativa mineral	4,67	0,85
Transformação	7,61	-2,29
Construção	2,24	0,63
Serv. util. pública	5,38	0,93
Serviços	2,28	0,45
Comércio	5,35	-1,30
Transporte	1,93	-2,07
Comunicações	8,73	2,42
Instit. Financeiras	3,08	1,13
Outros serviços	0,70	-0,62
Aluguel de imóveis	1,95	0,48
Adm. pública	1,21	0,68
Dummy Financeiro	3,08	1,04
PIB (2)	3,08	1,23

Nota: (1) Com ajuste sazonal.

(2) A preços básicos.

Fonte: IBGE.

GRÁFICO 2.2
INDICADORES DO NÍVEL DE ATIVIDADE
COM AJUSTE SAZONAL - média de 1997 = 100

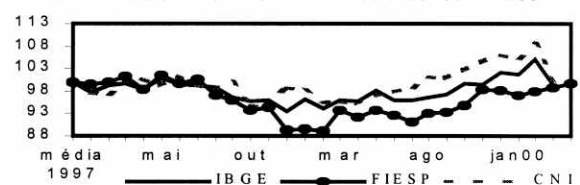


TABELA 2.2
FATURAMENTO REAL DO COMÉRCIO
VAREJISTA (%)

Atividades	Sobre Mar/00	Sobre Abr/99	Acum. no ano
Comércio geral	13,3	20,5	10,6
Comércio s/ concessionárias	12,9	22,8	11,0
Varejo bens de consumo	13,8	24,0	11,3
Duráveis	5,0	32,7	19,9
Semiduráveis	-0,1	-14,6	-13,4
Não duráveis	22,6	25,0	9,6
Comércio automotivo	7,7	-1,7	5,3
Materiais de construção	-0,5	6,3	9,0

Fonte: FCESP.

◆3 - Inflação

O comportamento dos preços em abril

No mês de abril, os índices de preços seguiram bem comportados fechando, em sua maioria, abaixo das expectativas iniciais do mercado.

O IPC-FIPE, o IGP-DI e o IPCA registraram, em abril, taxas de variação positivas de 0,09%, 0,13% e 0,42%, respectivamente.

Esta alta do IPCA, acima da taxa de variação dos demais índices que, naquele mês, apuraram inflação entre 0,1% e 0,2%, decorreu, em grande medida, do maior impacto do reajuste do salário mínimo sobre este índice devido a sua metodologia de cálculo e de ponderação.

No acumulado em 12 meses, até o mês de abril, a taxa de inflação média – medida pela média aritmética do IGP-DI, do IPC-FIPE e do IPCA – permaneceu praticamente estável em relação ao resultado do mês de março, passando de uma taxa de variação positiva de 8,8% para 8,7% - ver Tabela e Gráfico 3.1.

Uma medida relevante para a tendência do comportamento dos preços no longo-prazo é dada pelo “núcleo” da inflação, uma vez que este exclui da sua metodologia de cálculo os preços com alta volatilidade. Segundo a FGV, o núcleo da inflação acumulado em 12 meses passou de 4,42% em março para 4,31% em abril – ver Gráfico 3.2.

A expectativa para o final do segundo trimestre e para o trimestre seguinte é de que haja uma certa aceleração da inflação especialmente em função do impacto do aumento dos preços administrados; além da diluição da sazonalidade positiva dos preços de alimentos e vestuário.

Apesar da tendência de um desempenho favorável da inflação, existem alguns riscos potenciais advindos do cenário internacional e choques de oferta. Em primeiro lugar, o comportamento de alta do preço do petróleo – que voltou recentemente ao patamar de US\$ 30/ barril – constitui uma importante fonte inflacionária potencial caso leve a uma necessidade de reajuste maior do que o inicialmente esperado dos preços domésticos de combustíveis. Em segundo lugar, uma intensificação do movimento de alta da cotação do dólar pode-

GRÁFICO 3.1
MÉDIA DAS TAXAS ACUMULADAS EM 12 MESES: IPCA, IPC-FIPE E IGP-DI, (%)

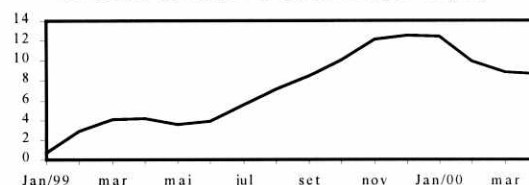
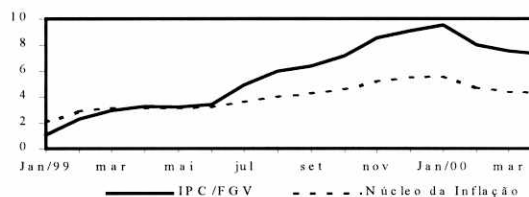


GRÁFICO 3.2
TAXAS DE INFLAÇÃO ACUMULADAS EM 12 MESES (%)



ria pressionar os custos industriais, levando ao risco de elevação dos preços.

Entretanto, até o momento, não há nenhum indício de um comprometimento do alcance da meta de inflação de 6% para o ano, com um intervalo de variação de dois pontos percentuais para cima ou para baixo – ainda mais tendo em vista que a Opep pronunciou-se a favor de uma aumento da produção de petróleo caso a cotação do barril permaneça acima de US\$ 28 por mais de quatro meses consecutivos.

As projeções do mercado apontam para uma taxa de inflação ao consumidor, medida pelo IPC-Fipe, da ordem de 5,3%. Já no atacado, a expectativa de inflação é de aproximadamente 7,0%, como apontam as projeções para o IGP-M - ver Quadro de Previsões de Inflação.

O IGP-M em maio

O IGP-M, no mês de maio, registrou uma taxa de inflação de 0,31%, 0,08 ponto percentual superior à alta de 0,23% apurada em abril. O IPA-M, o IPC-M e o INCC-M registraram taxas de variação positivas de 0,20%, 0,43% e 0,57%, respectivamente.

Este resultado do mês de maio ficou um pouco abaixo da previsão do mercado, que era de 0,32%. Para o fechamento do ano, a expectativa, segundo a FGV, é de uma taxa de inflação medida pelo IGP-M de 7,14%.

O IPC-FIPE

O Índice de Preços ao consumidor, divulgado pela FIPE, registrou, na terceira quadrisssemana de maio, inflação nula frente aos 0,09% registrados no fechamento do mês de abril. A FIPE alterou a sua projeção de inflação para o mês de maio de zero para 0,10%, em função de uma queda menor do que a esperada dos preços de vestuário e alimentos. Para o mês de junho, a expectativa é de uma taxa de inflação de 0,20%. Com isso, a taxa do semestre deve acabar fechando abaixo de 1%. Para o fechamento do ano, a previsão é de uma taxa de inflação ligeiramente inferior a 5,0%.

TABELA 3.1
VARIAÇÃO ACUMULADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES

Mês	Índices de preços			
	IGP-DI	IPCA	FIPE	Média
Jan/99	1,97	1,65	-1,53	0,70
fev	6,48	2,24	0,01	2,91
mar	8,33	3,02	0,81	4,05
abr	8,51	3,35	0,66	4,17
mai	7,90	3,14	-0,24	3,60
jun	8,69	3,32	-0,50	3,83
jul	10,84	4,57	1,36	5,59
ago	12,64	5,69	3,14	7,16
set	14,32	6,25	4,77	8,45
out	16,52	7,50	5,93	9,98
nov	19,68	8,65	7,98	12,10
dez	19,98	8,94	8,64	12,52
Jan/00	19,82	8,85	8,71	12,46
fev	14,95	7,86	6,95	9,92
mar	12,92	6,92	6,60	8,81
abr	13,03	6,77	6,20	8,67

◆4 - Finanças Públicas

A evolução do déficit nominal do setor público

O déficit público nominal no acumulado janeiro/março de 2000 – excluindo o efeito da variação cambial – foi de 2,55% do PIB, significativamente abaixo dos 5,56% do PIB de 1999 – ver Tabela 4.1.

O total de despesas com o pagamento dos juros nominais sobre a dívida pública atingiu 7,49% do PIB no acumulado até março, contra os 8,68% do PIB em 1999.

Em relação ao resultado primário, houve um superávit de 4,93% do PIB no período, ante um superávit de 3,12% do PIB em 1999. Vale ressaltar o aumento do superávit primário dos governos regionais, que de 0,22% do PIB em 1999, passou para 1,45% do PIB no acumulado janeiro/março de 2000. Esta melhora decorreu, principalmente, da recuperação do resultado primário dos estados.

As receitas federais em abril

Segundo a Secretaria da Receita Federal, a arrecadação federal apresentou um crescimento real de 3,2% em abril de 2000, ante o mesmo mês de 1999 – ver Tabela 4.2. No acumulado no ano até abril, a arrecadação apresentou um crescimento real de 2,2%.

Dívida líquida do setor público permanece em 44% do PIB

A dívida líquida do setor público – excluindo base monetária – foi de 43,5% do PIB em março de 2000, ante os 42,6% do PIB observados em dezembro de 1999 – ver Tabela 4.3 e Gráfico 4.1.

Títulos Públicos Federais

A observação dos títulos federais classificados por indexador aponta para um au-

TABELA 4.1
NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (NFSP)(1) - sem desvalorização cambial
Acumulado no ano (em % do PIB)

	1999		2000	
	jan-mar	ano	jan-mar	
Nominal	6,81	5,56	2,55	
Governo Central	3,49	2,24	0,77	
Gov. Fed. e Bacen	3,55	2,60	1,11	
Empresas Estatais Federais	-0,06	-0,36	-0,34	
Governos Regionais	3,32	3,31	1,78	
Governos Estaduais	3,01	2,57	1,73	
Governos Municipais	0,18	0,43	0,09	
Empresas Estatais Estaduais	0,12	0,27	-0,03	
Empresas Estatais Municipais	0,00	0,04	0,00	
Juros Nominais	11,01	8,68	7,49	
Governo Central	6,94	5,15	4,25	
Gov. Fed. e Bacen	6,71	4,89	4,19	
Empresas Estatais Federais	0,22	0,26	0,06	
Governos Regionais	4,07	3,53	3,24	
Governos Estaduais	2,93	2,73	2,64	
Governos Municipais	0,65	0,50	0,42	
Empresas Estatais Estaduais	0,46	0,29	0,16	
Empresas Estatais Municipais	0,03	0,02	0,01	
Primário	-4,20	-3,12	-4,93	
Governo Central	-3,44	-2,91	-3,48	
Gov. Fed. e Bacen	-4,11	-3,20	-3,72	
INSS	0,94	0,91	0,64	
Empresas Estatais Federais	-0,28	-0,62	-0,40	
Governos Regionais	-0,75	-0,22	-1,45	
Governos Estaduais	0,08	-0,16	-0,91	
Governos Municipais	-0,47	-0,06	-0,33	
Empresas Estatais Estaduais	-0,33	-0,02	-0,19	
Empresas Estatais Municipais	-0,03	0,02	-0,02	

Fonte: Banco Central do Brasil.

Nota: (1)(-) = superávit

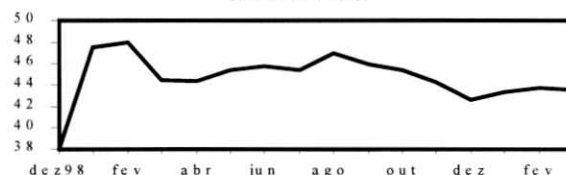
mento da participação dos títulos públicos pré-fixados no total. Esta participação passou de 10% em janeiro de 2000, para 13% em março – ver Tabela 4.4. Os títulos indexados à taxa over/SELIC continuam apresentando a maior participação, que atingiu 59% do total em março.

TABELA 4.2
ARRECAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS
a preços de abril de 2000

Ano	Arrecadação (R\$ milhões)			Variação (%)		
	Mar	Abr	Jan-Abr	Abr00/ Mar00	Abr00/ Abr99	Jan-Abr00/ Jan-Abr99
1999	15096	13356	55463	-	-	-
2000	15501	13786	56706	-11,06	3,22	2,24

Fonte: Secretaria da Receita Federal.

GRÁFICO 4.1
DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (1)
(% DO PIB)



Nota: (1) Exclui base monetária.

TABELA 4.3
DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO - FIM
DE PERÍODO (% PIB) (1)

Composição	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000(mar)
Dívida interna	17,6	21,8	27,0	26,7	31,8	32,7	34,2
Governo Central	3,0	6,6	12,0	13,3	16,8	16,8	18,1
Títulos públicos	11,6	15,5	21,4	28,3	35,5	37,7	39,1
Créditos do BIC	-4,6	-5,3	-8,5	-7,8	-5,7	-4,1	-3,7
Renegociação c/ Est. e Mun.	0,0	0,0	0,0	-5,5	-9,5	-12,0	-12,1
FAT	-2,0	-2,5	-2,5	-2,6	-3,1	-3,1	-3,1
Demais contas	-2,0	-1,1	1,6	0,9	-0,4	-1,7	-2,1
Gov. estaduais e municipais	9,5	10,3	11,1	12,5	13,7	14,7	14,9
Renegociação c/ Est. e Mun.	0,0	0,0	0,0	5,5	9,5	12,0	12,1
Dívida mobiliária	4,7	5,5	6,2	4,3	2,4	1,2	1,1
Dívida bancária	4,5	4,8	4,9	2,6	1,8	1,5	1,6
Demais contas	0,3	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1
Empresas estatais	5,1	4,9	3,9	0,9	1,3	1,2	1,2
Dívida externa	8,4	5,5	3,9	4,3	6,3	9,9	9,3
Governo Central	6,2	3,5	1,6	1,9	4,3	7,6	7,1
Gov. estaduais e municipais	0,3	0,3	0,4	0,5	0,7	0,9	0,8
Empresas estatais	1,9	1,7	1,9	1,9	1,3	1,4	1,4
Dívida total	26,0	27,3	30,9	31,0	38,1	42,6	43,5
Governo Central	9,2	10,1	13,6	15,2	21,1	24,4	25,2
Gov. estaduais e municipais	9,8	10,6	11,5	13,0	14,4	15,6	15,7
Estados	n.d.	n.d.	n.d.	11,2	12,4	13,5	13,5
Municípios	n.d.	n.d.	n.d.	1,8	2,0	2,1	2,2
Empresas estatais	7,0	6,6	5,8	2,8	2,6	2,6	2,6
Federais	n.d.	n.d.	2,5	1,0	0,5	0,4	0,3
Estaduais	n.d.	n.d.	3,2	1,7	2,0	2,1	2,2
Municipais	n.d.	n.d.	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Base monetária	3,6	3,1	2,4	3,6	4,3	4,4	3,5
Dívida total com base monetária	29,6	30,4	33,3	34,6	42,4	47,0	47,0

Fonte: Banco Central

Nota: (1) Exclui base monetária.

TABELA 4.4
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS -
PARTICIPAÇÃO POR INDEXADOR (%)

	Total da Dívida fora do Bacen	Índice de Correção					
		Câmbio	TR	Over/SELIC	Pré-fixado	TJLP	Outros
média97	100	12	9	21	57	1	2
média98	100	18	5	46	29	0	1
média99	100	26	4	62	8	0	1
jan99	100	30	5	58	6	0	1
fev	100	30	4	57	7	0	1
mar	100	26	4	68	1	0	1
abr	100	25	4	67	3	0	1
mai	100	25	4	65	5	0	1
jun	100	24	3	64	8	0	0
jul	100	24	3	61	11	0	0
ago	100	26	3	59	12	0	0
set	100	26	3	60	11	0	0
out	100	27	3	58	12	0	0
nov	100	26	3	59	11	0	0
dez	100	24	3	61	9	0	2
jan00	100	24	3	61	10	0	2
fev	100	23	3	61	11	0	3
mar	100	23	3	59	13	0	3

◆5 - Mercado Financeiro

A taxa *Selic*: o que está acontecendo?

Na última reunião do Copom, realizada nos dias 23/05 e 24/05, o Banco Central resolveu, mais uma vez, manter a taxa *Selic* inalterada em 18,5% ao ano bem como o viés neutro – Gráfico 5.1.

Esta decisão já era esperada pelo mercado uma vez que todas as variáveis apontadas como empecilho à redução da taxa *Selic* na reunião anterior do Copom ainda estão presentes, como: o aumento do preço do petróleo e as incertezas quanto ao comportamento futuro da inflação e da economia norte-americana. Além desses fatores que permaneceram em pauta, deve-se acrescentar a delicada situação fiscal da Argentina.

Frente ao bom desempenho da inflação, à retomada da atividade industrial e aos bons resultados fiscais da economia brasileira, a decisão do Banco Central de manter inalterada a taxa de juros básica da economia demonstrou, mais uma vez, a significativa dependência do país em relação ao comportamento do mercado internacional.

Vale destacar que a expectativa, de grande parte do mercado, é que o recente aumento das taxas de juros norte-americanas não tenha sido suficiente para conter o ímpeto expansionista da economia daquele país e que o Fed volte a elevar os juros para segurar eventuais pressões inflacionárias futuras.

Como o mercado já está trabalhando com a possibilidade de um novo aumento dos juros nos EUA, o ideal para que a taxa *Selic* volte o mais rápido possível para a sua trajetória de queda gradual é que esta possível elevação da taxa de juros norte-americana seja efetuada já na próxima reunião do Fed, a ser realizada no dia 27/06, o que diminuiria a ansiedade do mercado, trabalhando a favor da condução da política monetária doméstica.

Sendo assim, diante de uma melhora do cenário externo e do nível atual de inflação é provável que os juros retomem a sua trajetória de queda gradual.

O mercado de câmbio

O mercado de câmbio, ao longo do mês de maio, seguiu bastante pressionado, basicamente, em função de uma preocupação generalizada dos agentes econômicos de que o recente aumento da volatilidade dos mercados internacionais reduza a capacidade de financiamento do Balanço de Pagamentos do país bem como de uma concentração de vencimentos de dívidas externas privadas e soberanas no mês de junho.

GRÁFICO 5.1
TAXA SELIC (%)

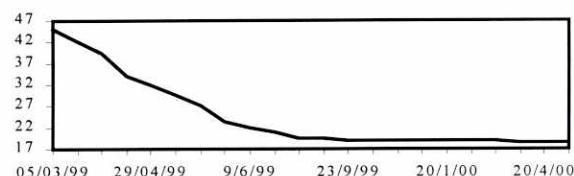


GRÁFICO 5.2
PTAX VENDA (R\$/US\$)

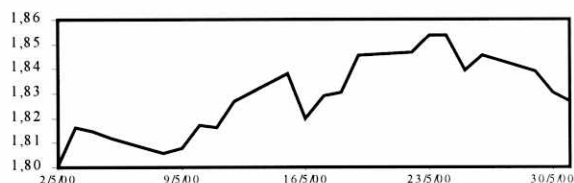
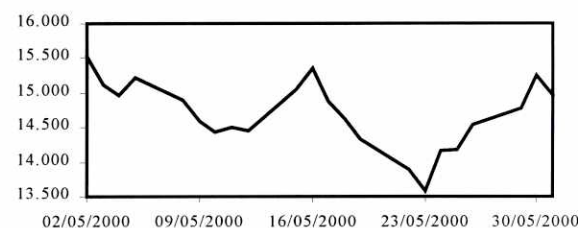


GRÁFICO 5.3
IBOVESPA -FECHAMENTO EM PONTOS



Entretanto, frente a uma relativa melhora do cenário externo, a cotação do dólar voltou a recuar nos últimos dias do mês.

No dia 02/05, a cotação da Ptax (venda) era de R\$ 1,8008. Já no dia 23/05, esta atingiu o patamar de R\$ 1,8537 e fechou o mês em R\$ 1,8266 – ver Gráfico 5.2.

No mercado futuro, os contratos de dólar com fechamento em primeiro de julho e agosto tiveram, em 31/05, uma cotação de R\$ 1,8395 e R\$ 1,8519, respectivamente.

Por último, vale ressaltar que passando o nervosismo do mercado a cotação do dólar deve buscar um equilíbrio que, por sua vez, estaria mais próximo de R\$ 1,80 do que do pico de R\$ 1,86 registrado há poucos dias.

O IBOVESPA

Seguindo a volatilidade do mercado norte-americano liderada, principalmente, pelo comportamento do índice Nasdaq, o mercado acionário brasileiro permaneceu inquieto, ao longo do mês de maio, registrando consecutivas quedas – ver Gráfico 5.3.

O IBOVESPA, refletindo a significativa saída de recursos estrangeiros da BOVESPA, fechou o mês de maio com uma rentabilidade nominal negativa de 3,7%. No acumulado do ano, até o mês de maio, esta queda foi ainda maior, de 12,5%.

◆6 - Setor Externo

Balança Comercial: sinais de aceleração da recuperação?

A Balança Comercial brasileira registrou, no mês de abril, um superávit de US\$ 183 milhões, resultado de exportações de US\$ 4181 milhões e importações de US\$ 3998 milhões.

No comparativo com igual mês do ano passado, a média diária das exportações cresceu 18,7%, o que é extremamente positivo se levarmos em conta o baixo movimento ocorrido no início do mês em razão de problemas ocasionados pela operação-padrão nas aduanas, parcialmente recuperado nas últimas duas semanas do mês.

No 1º quadrimestre do ano, a Balança Comercial acumulou um saldo positivo US\$ 209 milhões – exportações de US\$ 16229 milhões e importações de US\$ 16020 milhões – frente a um déficit de US\$ 782 milhões registrado em igual período do ano passado.

Vale destacar que este saldo positivo registrado nos quatro primeiros meses do ano decorreu do maior incremento das exportações (18,0%) – liderado pelo aumento de 24,8% das vendas externas de produtos manufaturados – do que das importações (10,2%).

Frente à nítida recuperação das exportações, o fraco desempenho da Balança Comercial neste início de ano tem, basicamente, um fator explicativo: as importações estão reagindo a um ritmo superior ao inicialmente esperado.

Entretanto, este significativo movimento de recuperação das importações do país merece ser analisado com um pouco mais de cautela – ver Tabela 6.1.

Em primeiro lugar, o grande “vilão” da história foram os preços de petróleo. No acumulado do ano, até o mês de abril, as importações de combustíveis e lubrificantes registraram uma taxa de crescimento de 49,7% em relação a igual período do ano passado. Segundo os dados da FUNCEX, no primeiro trimestre de 2000, o índice de preços de combustíveis registrou uma taxa de crescimento de 139,1% comparativamente a igual período de 1999 – enquanto que o *quantum* im-

portado daquele produto caiu 18,2% nesta mesma base de comparação – ver Tabela 6.2.

Em segundo lugar, é inevitável que uma retomada da atividade industrial do país rebata, em grande medida, nas importações de bens intermediários, uma vez que a indústria nacional é dependente deste tipo de produto. É importante destacar que o crescimento destas importações vem se dando paralelamente a uma expansão da produção doméstica de bens intermediários, o que pode sinalizar algum efeito substituição em função da desvalorização cambial. Nos quatro primeiros meses desse ano, as importações de produtos intermediários e de matérias-primas cresceram 22,4% em relação a igual período do ano passado. Já o índice do *quantum* importado de produtos intermediários cresceu, segundo a FUNCEX, 32,7% no comparativo 1º trimestre 00/ 1º trimestre 99, o que levou essas importações a crescerem 18,4% em valor a despeito da queda dos preços de 10,6% nesta mesma base de comparação.

Com a esperada redução do preço do petróleo no mercado internacional, a expectativa é que haja um arrefecimento das importações – a despeito da retomada da atividade econômica do país – e uma conseqüente melhora dos resultados da Balança Comercial que, até o momento, estão deixando a desejar.

Vale ressaltar ainda que esta esperada melhora de resultados deve ser ainda mais beneficiada frente à possibilidade de uma retomada mais intensa das exportações decorrente, entre outros fatores, da maior intensidade das vendas de produtos básicos, da retomada do crescimento do comércio mundial e da recuperação dos preços das *commodities*.

A Balança Comercial em maio

No mês de maio, até o dia 26, a Balança Comercial registrou um superávit de US\$ 338 milhões, o que correspondeu a um valor das exportações e das importações de US\$ 4454 milhões e US\$ 4116 milhões, respectivamente.

No acumulado do ano, até a quarta semana de maio, a Balança Comercial registrou um saldo positivo de US\$ 545 milhões.

TABELA 6.1
IMPORTAÇÕES POR CATEGORIA DE USO
VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)

M e s e s	M a t é r i a s - p r i m a s e p r o d u t o s i n t e r m e d i á r i o s	C o m b . e l u b r i f i c .	B e n s d e C a p i t a l	B e n s d e C o n s u m o					T O T A L G E R A L
				N ã o - d u r á v e i s	D u r á v e i s		T o t a l		
					A u t o m .	O u t r o s		T o t a l	
J a n / 0 0	7,87	34,48	-15,38	-19,53	-72,73	-0,67	-31,50	-24,57	-2,69
f e v	21,92	78,74	-7,90	-4,20	-54,45	12,54	-12,43	-7,62	11,48
m a r	22,53	57,33	-9,77	-6,99	-43,96	16,89	-7,07	-7,03	10,68
a b r	22,38	49,74	-6,99	-9,08	-49,45	11,89	-14,84	-11,61	10,22

TABELA 6.2
ÍNDICES DE PREÇO E QUANTUM: VARIAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (%)

	Importações Totais		Categorias de Uso									
			Bens de Capital		Intermediários		BC duráveis		BC não duráveis		Combustíveis	
	Preço	Quantum	Preço	Quantum	Preço	Quantum	Preço	Quantum	Preço	Quantum	Preço	Quantum
Jan/00	1,40	-4,40	3,40	-24,00	-7,90	15,60	-5,20	-54,70	-15,40	-13,40	127,30	-25,20
fev	-1,46	12,75	-3,34	-10,61	-10,61	32,55	-9,77	-32,73	-14,90	3,18	131,64	-2,13
mar	-0,88	11,22	-6,13	-10,10	-10,57	32,73	-7,14	-26,02	-13,05	0,19	139,11	-19,28

Fonte: Funcex.

◆7 - Operações do BNDES e FINAME

A evolução das operações

O valor dos desembolsos de recursos do BNDES registrou uma queda real de 12% no acumulado em 12 meses até abril de 2000 - ver Gráficos da página seguinte. Os desembolsos da FINAME, por sua vez, registraram uma redução real de 26%, no período.

O valor das aprovações do BNDES caiu 16% em termos reais no acumulado 12 meses até abril de 2000. O valor das aprovações da FINAME, por sua vez, apresentou uma redução real de 19% no período - ver Gráficos da página seguinte.

O valor das consultas - pedidos de financiamento - do BNDES registrou uma queda real de 22% no acumulado em 12 meses até abril de 2000. No que diz respeito à FINAME, o valor das consultas apresentou uma expansão real de 7% no período.

Desembolsos por tipo de operação e empresa do BNDES

Os desembolsos do Sistema BNDES registraram o montante de R\$ 4,3 bilhões no acumulado no ano até abril de 2000, ante os R\$ 5,2 bilhões registrados em igual período de 1999, ambos a preços de abril de 2000 - ver Tabela 7.1. A FINAME registrou uma queda real de 23% de seus desembolsos. O BNDES, por sua vez, apresentou uma redução real de 9% dos desembolsos no período, o que resultou da queda real de 18% das liberações para operações indiretas. Os desembolsos para as operações diretas apresentaram um crescimento real de 4% no período. Finalmente, a BNDESPAR apresentou uma redução real de 59% de seus desembolsos no acumulado até abril de 2000, ante o mesmo período do ano anterior.

A distribuição setorial dos desembolsos

A evolução dos desembolsos setoriais acumulados no ano a partir de janeiro de 1998 pode ser observada na Tabela 7.2. No acumulado até abril de 2000, os destaques de queda ficaram com os setores de infra-estrutura e indústria de transformação, que registraram variações negativas de 30% e 16%, respectivamente, dos seus desembolsos. A agropecuária registrou uma queda real de 9%. O setor de serviços foi o único a apresentar crescimento dos desembolsos, registrando uma variação real acumulada no ano até abril de 11%. Em abril de 2000, as liberações para a indústria de transformação apresentaram a maior participação - de 54% - no total desembolsado - ver Tabela 7.3.

TABELA 7.1
DESEMBOLSOS DO SISTEMA BNDES (1)

Ítems	Em R\$ milhões		
	1999	2000	Var. %
BNDES	3.080	2.809	-8,8
Op. Diretas	1.289	1.334	3,5
Op. Indiretas	1.791	1.474	-17,7
FINAME	1.784	1.369	-23,3
BNDESPAR	353	144	-59,4
Total	5.217	4.323	-17,1

Fonte: AP/DEPLAN.

Nota: (1) Acumulado até abril de cada ano, a preços de abril de 2000 - deflator IGP-DI.

TABELA 7.2
TX. DE CRESC. REAL ACUMULADA ATÉ O MÊS (1)
DESEMBOLSOS

DESEMPENHOS

	Em %				
Meses	AGROP.	IND.	INFRA- TRANS F. ESTRUTURA	SERVIÇOS	TOTAL
jan98	67,6	42,1	-1,7	23,8	19,0
fev	105,3	64,5	91,7	55,3	74,0
mar	88,1	100,0	57,6	30,0	71,3
abr	41,2	75,5	155,4	45,6	93,4
mai	13,8	73,7	146,0	26,1	55,2
jun	-8,8	65,5	90,6	27,1	43,1
jul	-11,5	32,4	112,1	36,8	40,7
ago	-8,0	38,9	86,2	49,4	40,9
set	-13,6	40,0	53,7	32,9	30,2
out	-12,8	31,0	43,6	36,2	24,6
nov	-7,0	29,6	16,0	22,0	13,3
dez	-6,2	16,7	-1,8	17,1	2,9
jan99	46,4	-13,3	-62,2	24,5	-19,4
fev	-24,8	11,8	-67,4	-11,2	-24,0
mar	-18,7	5,6	-30,8	3,2	-8,7
abr	-12,6	8,2	-58,8	-4,2	-26,8
mai	-5,4	5,0	-56,6	-2,3	-24,7
jun	-0,6	10,5	-57,1	-15,4	-24,5
jul	1,0	8,5	-60,9	-16,7	-27,4
ago	6,0	0,8	-59,0	-21,4	-28,8
set	-4,4	-5,2	-58,5	-23,0	-30,9
out	-6,0	-2,4	-54,9	-22,1	-28,1
nov	-13,5	-5,1	-47,0	-17,4	-24,8
dez	-14,4	0,3	-30,0	-17,0	-15,8
jan00	-2,5	-25,9	71,6	-4,9	-8,2
fev	2,4	-25,0	20,7	31,8	-10,9
mar	-14,4	-9,3	-29,0	1,2	-15,4
abr	-9,1	-15,5	-29,7	11,4	-17,1

Fonte: AP/DEPLAN.

Nota: (1) Em relação a igual período do ano anterior - deflator: IGP-DI.

TABELA 7.3
DESEMB. SETORIAIS DO SISTEMA BNDES (1)

Setores	Em R\$ milhões			
	1999	2000	Var. %	Part % 2000
TOTAL	5.217	4.323	-17,1	100,0
AGROPECUÁRIA	448	407	-9,1	9,4
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	2.747	2.322	-15,5	53,7
METALURGIA	297	605	103,5	14,0
MECÂNICA	237	140	-40,8	3,2
MATERIAL DE TRANSPORTE	1030	807	-21,6	18,7
CELULOSE E PAPEL	80	47	-41,5	1,1
QUÍMICA, P.F., PERF., S. E VELAS	216	77	-64,2	1,8
PROD. ALIMENTARES E BEBIDAS	423	369	-12,8	8,5
OUTRAS	464	276	-40,5	6,4
INFRA-ESTRUTURA	1.459	1.025	-29,7	23,7
SERVIÇOS	479	533	11,4	12,3
OUTROS	84	36	-57,5	0,8

Fonte: AP/DEPLAN.

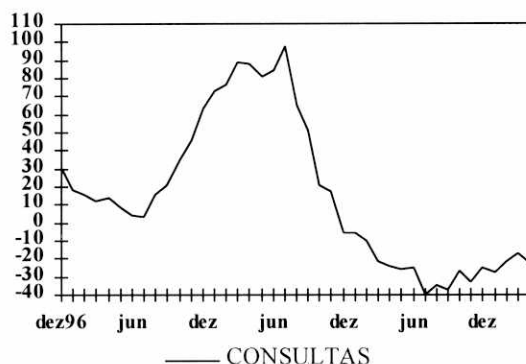
Nota: (1) Acumulado até abril de cada ano, a preços de abril de 2000 - deflator IGP-DI.

◆ Operações do BNDES e FINAME - Variação real (%)

(Acumulado 12 meses até o último mês *vis-à-vis* acumulado 12 meses até o mesmo mês do ano anterior.)

SISTEMA BNDES(1)

GRÁFICO 7.1



Fonte: AP/DEPLAN/GEPL/COEST.
Elaboração : AP/DEPEC/GESTE 2 e 3.

Notas: (1)) Inclui as operações do BNDES, FINAME e BNDESPAR.
Deflator: IGP-DI.

FINAME

GRÁFICO 7.2

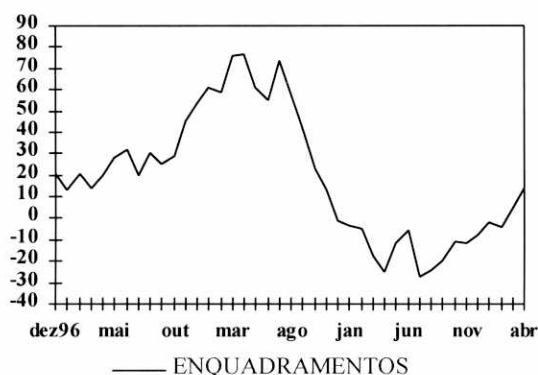


GRÁFICO 7.3

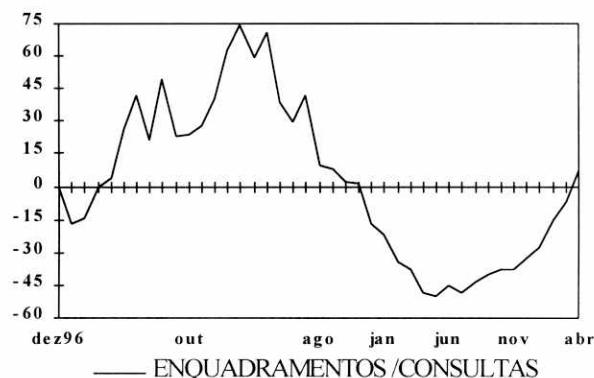


GRÁFICO 7.4

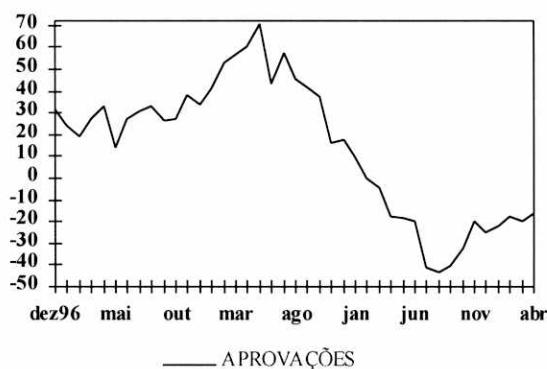
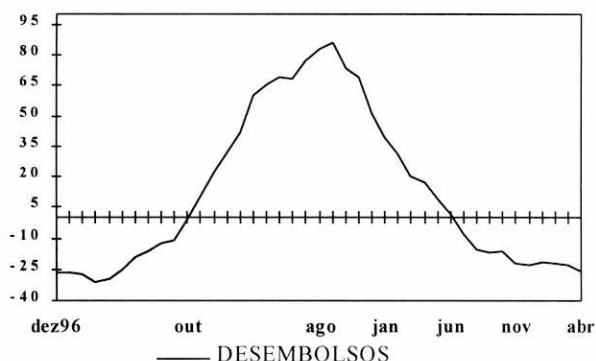
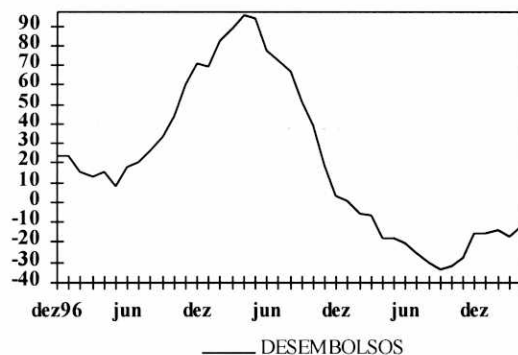
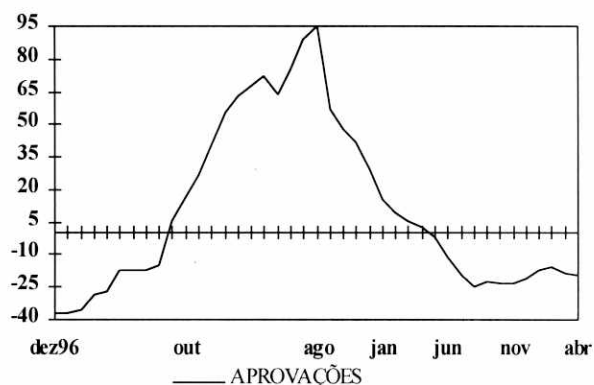


GRÁFICO 7.5



◆8 - Anexo Estatístico

EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO CUSTO DA CESTA DE MOEDAS DO BNDES

	IGP-M / FG V			Dólar Comercial (var.%) (1)			635/87 (2)		
	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses
jan/98	0,96	0,96	6,88	0,65	0,65	7,41	1,38	1,38	10,15
fev	0,18	1,14	6,62	0,60	1,25	7,50	1,71	3,11	11,83
mar	0,19	1,33	5,60	0,62	1,88	7,37	-0,84	2,25	10,34
abr	0,13	1,47	5,03	0,61	2,50	7,57	2,02	4,31	13,76
mai	0,14	1,61	4,95	0,54	3,05	7,35	0,37	4,70	8,97
jun	0,38	1,99	4,58	0,56	3,63	7,43	0,43	5,15	8,70
jul	-0,17	1,82	4,31	0,56	4,21	7,39	1,09	6,29	11,27
ago	-0,16	1,66	4,05	1,16	5,42	7,81	2,98	9,46	13,20
set	-0,08	1,58	3,47	0,74	6,20	8,13	3,21	12,98	14,79
out	0,08	1,66	3,17	0,64	6,88	8,17	4,92	18,54	18,34
nov	-0,32	1,33	2,18	0,67	7,60	8,23	-0,47	17,98	18,43
dez	0,45	1,79	1,79	0,62	8,26	8,26	3,48	22,08	22,08
jan/99	0,84	0,84	1,67	64,08	64,08	76,49	59,31	59,31	91,84
fev	3,61	4,48	5,15	4,11	70,82	82,65	5,74	68,45	99,44
mar	2,83	7,44	7,92	-1,66	42,47	51,39	-1,63	40,96	68,31
abr	0,71	8,20	8,54	-3,56	37,40	45,12	-3,39	36,18	59,38
mai	-0,29	7,89	8,08	3,81	42,63	49,84	4,04	41,69	65,21
jun	0,36	8,27	8,06	2,64	46,40	52,94	3,40	46,50	70,10
jul	1,55	9,95	9,92	1,11	48,02	53,78	3,70	51,92	74,49
ago	1,56	11,67	11,81	7,08	58,50	62,77	8,63	65,03	84,06
set	1,45	13,29	13,52	0,33	59,02	62,11	1,93	68,22	81,78
out	1,70	15,21	15,36	1,60	61,57	63,66	2,46	72,36	77,52
nov	2,39	17,97	18,50	-1,55	59,06	60,05	-1,47	69,82	75,73
dez	1,81	20,10	20,10	-6,95	48,01	48,01	-6,33	59,07	59,07
jan/00	1,24	1,24	20,58	0,75	0,75	-9,12	0,18	0,18	0,03
fev	0,35	1,59	16,78	-1,88	-1,14	-14,35	-1,80	-1,62	-7,10
mar	0,15	1,75	13,74	-1,20	-2,33	1,47	0,52	-1,11	11,59
abr	0,23	1,98	13,20	3,40	0,99	8,79	2,30	1,16	18,17
mai	0,31	2,30	13,88	1,10	2,10	5,95	2,43	3,62	16,34

Fonte: BNDES e Gazeta Mercantil.

Notas:

(1) Taxa de final de período.

(2) Composto pela taxa de juros, imposto de renda e variação cambial da cesta de moedas do BNDES (UMBNDDES).

QUADRO DAS PREVISÕES ANUAIS (1)

INSTITUIÇÕES	PIB (1)								FBCF (% do PIB)		NFSP (%PIB)				Exportações		Importações		B Comercial		Saldo em C. Corrente	
	TOTAL		IND(2)		AGR		SERV				Primário		Nominal		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)	
	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001
BBM	3,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-3,0	-	3,3	-	55,0	-	53,5	-	1,5	-	-25,9	-
Citibank	3,5	4,0	4,9	5,8	4,8	4,0	2,6	3,1	-	-	-3,1	-3,0	4,1	3,0	55,1	61,7	53,6	57,5	1,5	4,2	-26,6	-26,8
Chase	3,9	4,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-3,1	-2,7	4,1	3,9	52,7	57,3	49,2	50,1	3,5	7,2	-22,1	-20,6
Fator	3,1	3,5	4,6	3,8	0,7	3,3	2,4	3,0	-	-	-3,3	-3,2	4,1	3,4	54,1	57,6	52,6	52,5	1,5	5,1	-25,0	-23,3
Garantia	2,7	3,8	2,5	3,4	2,3	8,5	2,5	3,4	-	-	-3,2	-3,3	4,5	3,3	54,2	59,6	51,5	55,1	2,7	4,5	-24,0	-25,0
JPMorgan	4,0	3,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	57,6	65,3	54,5	59,5	3,1	5,8	-24,5	-23,0
Macrométrica	4,2	5,2	5,3	8,2	-0,8	3,8	4,4	3,7	20,1	22,3	-3,1	-2,6	4,9	4,5	56,3	61,8	53,6	61,0	2,7	0,8	-26,8	-28,6
MCM Consultores	3,6	4,7	4,2	5,3	2,8	2,0	3,3	4,7	20,5	21,6	-3,3	-3,4	3,8	2,6	56,0	61,6	52,7	55,8	3,3	5,8	-23,1	-21,2
Rosenberg	3,3	3,7	4,4	4,9	5,4	5,5	2,4	2,8	-	-	-3,0	-3,0	3,8	3,0	55,0	61,6	53,5	57,9	1,5	3,7	-24,0	-24,3
Tendências	3,1	3,5	4,0	3,7	0,2	2,0	2,8	3,5	20,0	20,5	-4,8	-3,6	3,0	3,0	53,9	-	51,9	-	2,0	-	-	-
MÉDIA	3,5	4,1	4,3	5,0	2,2	4,2	2,9	3,5	20,2	21,5	-3,3	-3,1	4,0	3,3	55,0	60,8	52,7	56,2	2,3	4,6	-24,7	-24,1
DESVIO PADRÃO	0,44	0,55	0,83	1,54	2,16	2,10	0,67	0,59	0,22	0,74	0,53	0,32	0,54	0,57	1,32	2,43	1,43	3,37	0,78	1,78	1,48	2,52

Notas:

(1) Variação percentual.

(2) Exclusive Construção Civil e Serviços de Utilidade Pública.

INFLAÇÃO - QUADRO DAS PREVISÕES

INSTITUIÇÕES	IPC - FIPE				IGP-M			
	mai	jun	jul	2000	mai	jun	jul	2000
BBM	0,3	-	-	5,5	-	-	-	-
Citibank	0,3	0,9	0,8	5,2	0,5	0,7	1,1	7,0
Chase	0,7	0,9	1,0	6,2	0,7	0,8	0,7	7,8
Garantia	0,4	1,2	0,4	6,0	0,6	1,1	0,5	7,0
JPMorgan	0,6	0,9	0,6	5,7	-	-	-	-
Macrométrica	0,5	0,6	0,4	4,3	0,3	0,5	0,5	5,3
MCM Consultores	0,6	0,8	1,0	5,0	0,7	0,8	0,6	7,2
Rosenberg	0,3	0,5	0,7	5,0	0,3	0,4	0,6	6,4
Tendências	0,3	0,5	0,9	5,0	0,6	0,7	0,9	8,0
Média	0,4	0,8	0,7	5,3	0,5	0,7	0,7	7,0
Desvio Padrão	0,14	0,22	0,24	0,61	0,17	0,23	0,14	0,89

ÍNDICES ECONÔMICOS

mês	Taxa de variação dos preços (%)						Taxa Referencial de juros (%)	Taxa de Câmbio-venda SP R\$/US\$		
	IPC A	IPC (FIPE)	IGP-M (FGV)	IGP-DI (FGV)	IPA-DI (FGV)	IPA-Ind (FGV)		Comercial Média	Comercial (1)	Paralelo (1)
jan/98	0,71	0,24	0,96	0,88	0,75	0,26	1,15	1,12	1,12	1,19
fevereiro	0,46	-0,16	0,18	0,02	-0,15	0,09	0,45	1,13	1,13	1,19
março	0,34	-0,23	0,19	0,23	0,13	0,09	0,90	1,13	1,14	1,17
abril	0,24	0,62	0,13	-0,13	-0,28	-0,08	0,47	1,14	1,14	1,19
maio	0,50	0,52	0,14	0,23	0,13	0,12	0,45	1,15	1,15	1,21
junho	0,02	0,19	0,38	0,28	0,17	0,18	0,49	1,15	1,16	1,22
julho	-0,12	-0,77	-0,17	-0,38	-0,61	-0,22	0,55	1,16	1,16	1,23
agosto	-0,51	-1,00	-0,16	-0,17	-0,04	-0,31	0,37	1,17	1,18	1,26
setembro	-0,22	-0,66	-0,08	-0,02	0,06	-0,31	0,45	1,18	1,19	1,33
outubro	0,02	0,02	0,08	-0,03	-0,19	-0,08	0,89	1,19	1,19	1,26
novembro	-0,12	-0,44	-0,32	-0,18	-0,20	-0,25	0,61	1,19	1,20	1,25
dezembro	0,33	-0,12	0,45	0,98	1,74	0,23	0,74	1,21	1,21	1,29
Acum. Ano	1,66	-1,79	1,79	1,71	1,50	-0,28	7,79	-	-	-
jan/99	0,70	0,50	0,84	1,15	1,58	1,82	0,52	1,50	1,98	2,00
fevereiro	1,05	1,41	3,61	4,44	6,99	5,97	0,83	1,91	2,06	1,98
março	1,10	0,56	2,83	1,98	2,84	3,11	1,16	1,90	1,72	1,78
abril	0,56	0,47	0,71	0,03	-0,34	1,11	0,61	1,69	1,66	1,72
maio	0,30	-0,37	-0,29	-0,34	-0,82	0,71	0,58	1,68	1,72	1,73
junho	0,19	-0,08	0,36	1,02	1,35	0,89	0,31	1,77	1,77	1,82
julho	1,09	1,09	1,55	1,59	2,03	2,26	0,29	1,82	1,79	1,86
agosto	0,56	0,74	1,56	1,45	2,15	2,15	0,29	1,88	1,92	1,98
setembro	0,31	0,91	1,45	1,47	2,30	2,06	0,27	1,90	1,92	1,98
outubro	1,19	1,13	1,70	1,89	2,58	2,15	0,23	1,97	1,95	2,02
novembro	0,95	1,48	2,39	2,53	3,59	2,10	0,20	1,93	1,92	2,02
dezembro	0,60	0,49	1,81	1,23	1,60	0,97	0,30	1,85	1,79	1,95
Acum. Ano	8,94	8,64	20,10	19,99	28,88	28,32	5,74	-	-	-
jan/00	0,62	0,57	1,24	1,02	1,02	0,98	0,21	1,80	1,80	1,95
fevereiro	0,13	-0,23	0,35	0,19	0,17	0,74	0,23	1,78	1,77	1,88
março	0,22	0,23	0,15	0,18	-0,05	0,60	0,22	1,74	1,75	1,88
abril	0,42	0,09	0,23	0,13	-0,02	0,32	0,13	1,77	1,81	1,87
maio	-	-	0,31	-	-	-	0,25	1,83	1,83	1,92

Fonte: Gazeta Mercantil.

Nota: (1) Cotação de final de período.

REMUNERAÇÃO REAL DOS ATIVOS FINANCEIROS (%) (1)

Mês	Bolsa SP	Poupança	Over	Ouro-Spot	Paralelo	Comercial	CDB
jan/98	-5,57	0,69	1,69	3,76	-2,99	-0,30	1,13
fev	8,55	0,77	1,95	-1,62	-0,18	0,42	1,78
mar	12,80	1,21	2,01	1,93	-1,87	0,43	1,71
abr	-2,38	0,84	1,57	1,72	1,58	0,48	1,13
mai	-15,80	0,82	1,49	-2,77	1,54	0,40	1,33
jun	-2,08	0,61	1,22	0,52	1,68	0,18	1,06
jul	10,82	1,23	1,88	-3,41	-0,64	0,73	1,54
ago	-39,46	1,04	1,64	-1,05	3,02	1,32	1,38
set	1,95	1,03	2,57	8,33	5,64	0,82	1,36
out	6,80	1,31	2,86	-1,46	-5,34	0,56	1,97
nov	22,87	1,44	2,96	0,41	-0,48	0,99	2,54
dez	-21,74	0,80	1,94	-3,93	2,75	0,18	1,25
Acum. no ano	-34,63	12,44	26,53	1,81	4,31	6,38	19,76
jan/99	19,44	0,18	1,33	68,58	53,75	62,71	0,89
fev	5,24	-2,20	-1,19	-2,45	-4,45	0,49	-1,17
mar	16,74	-1,13	0,49	-18,70	-12,58	-18,90	-0,40
abr	5,37	0,40	1,63	-1,65	-4,05	-4,24	1,25
mai	-2,02	1,37	2,31	-2,60	0,87	4,11	2,05
jun	4,47	0,45	1,31	-1,01	4,82	2,27	0,96
jul	-11,56	-0,74	0,11	-2,18	0,37	-0,43	-0,35
ago	-0,38	-0,75	0,01	3,39	5,10	5,44	-0,31
set	3,63	-0,66	0,04	17,66	-1,43	-1,10	-0,26
out	3,58	-0,96	-0,32	-2,20	0,31	-0,11	-0,60
nov	15,02	-1,65	-0,98	-4,16	-2,33	-3,85	-1,27
dez	21,84	-0,99	-0,20	-10,07	-5,18	-8,60	-0,63
Acum. no ano	109,76	-6,53	4,57	27,17	25,85	23,23	0,10
jan/00	-5,28	-0,51	0,22	-2,40	-1,22	-0,48	-0,03
fev	7,38	0,38	1,10	1,03	-3,93	-2,22	0,85
mar	0,75	0,57	1,30	5,37	-0,15	-1,35	0,87
abr	-13,01	0,40	1,06	5,09	-0,76	3,16	0,82
mai	-4,03	0,44	1,19	0,59	2,36	0,79	0,86
Acum. no ano	-14,46	1,28	4,95	-1,37	-3,75	-0,19	3,41

Fonte: Gazeta Mercantil.

Nota: (1) Deflacionados pelo IGP-M.

CUSTO DO CRÉDITO (1)

Mês	TJLP	LIBOR(2) (6 meses)	Capital de Giro pré-fixado(2)	Res. 63(3)	Desconto de duplicatas(4)	Export notes(3)	ACC(3)	Repasse do BNDES(6)	
								BNDES/FINAME automáticos	FINAME agrícola
jun/98	10,63	5,68	59,19	17,17	4,41	10,47	10,24	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jul	-	5,62	57,69	16,22	4,38	12,02	10,22	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
ago	-	5,53	54,70	16,72	4,21	12,74	10,33	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
set	11,68	5,13	70,02	20,21	5,26	13,45	11,63	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
out	-	4,98	71,90	20,01	5,44	15,96	11,99	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
nov	-	5,15	71,33	18,94	5,34	14,34	11,76	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
dez	18,06	5,08	64,02	18,54	5,00	12,94	11,60	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jan/99	12,84	4,91	75,22	20,32	5,68	11,98	11,74	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
fev	-	5,06	81,82	53,87	6,08	14,83	12,56	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mar	-	5,06	75,71	25,50	5,77	13,00	12,85	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
abr	13,48	5,04	74,19	18,81	5,67	15,92	11,34	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mai	-	5,25	65,15	17,12	5,09	16,78	10,99	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jun	-	5,62	60,48	15,22	4,63	13,00	10,58	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jul	14,05	5,71	57,90	13,16	4,36	11,56	10,70	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
ago	-	5,92	54,74	13,15	4,22	12,54	10,67	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
set	-	5,93	54,10	12,99	4,11	17,49	10,73	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
out	12,50	6,12	50,04	12,74	3,84	14,78	10,73	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
nov	-	6,06	49,85	12,77	3,91	14,70	9,99	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
dez	-	6,13	49,81	12,76	3,79	14,71	10,06	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
Jan/00	12,00	6,17	49,07	11,93	3,84	15,72	10,05	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
fev	-	6,29	46,32	13,02	3,61	14,31	10,30	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mar	-	6,53	46,73	11,56	3,68	9,18	9,82	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
abr	11,00	6,51	45,64	12,75	3,52	8,87	9,61	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mai(5)	-	6,98	44,75	11,53	3,59	9,99	9,85	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5

Fonte: Banco Central.

Notas: (1) Capital de giro, Res. 63, Desconto de duplicatas, Export notes e ACC, calculados a partir de dados do SISBACEN. (2) % ao ano. (3) % ao ano mais correção cambial. (4) Taxa antecipada - % ao mês (média mensal). (5) Capital de giro, Res. 63, Desconto de duplicatas e ACC: valores referentes ao dia 12/05/00.

(6) % ao ano + TJLP. A partir de agosto de 1997: % ao ano + TJLP + spread de risco do agente financeiro.